

Integração das Mudanças Climáticas em Cabo Verde

Avaliação de Riscos e Oportunidades Climáticas



Projecto: 'Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas'

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios que o mundo enfrentará neste século. São uma ameaça à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e podem inverter significativamente os progressos realizados até à data no desenvolvimento humano, especialmente nas comunidades mais pobres e mais vulneráveis. Os processos de planeamento para o desenvolvimento devem, portanto, esforçar-se para fazer face aos impactes diversos e complexos das mudanças climáticas.

“A África é um dos continentes mais vulneráveis às mudanças e variabilidade climáticas, uma situação agravada pela interação de pressões múltiplas e fraca capacidade de adaptação.”
(IPCC 4AR, 2007)

Mudanças Climáticas em Cabo Verde

As projecções disponíveis sugerem manifestações dos impactes do clima que agravarão as pressões já existentes sobre o desenvolvimento do arquipélago e nos esforços de redução da pobreza. Esses impactes variam desde a erosão acelerada e danos à infra-estrutura ao longo da costa como resultado da subida do nível do mar, a condições muito mais difíceis para a manutenção da agricultura e segurança local.

Vulnerabilidade

Cabo Verde é um exemplo perfeito de vulnerabilidade às mudanças climáticas. A insularidade do arquipélago e as características climáticas (comum à região do Sahel) terão efeitos graves sobre aos já sensíveis ecossistemas, bem como as pessoas que dependem deles, devido às mudanças climáticas.

A Comunicação Nacional Inicial de Cabo Verde (INC-1999) ao Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas identificou a água, florestas, o desenvolvimento costeiro, agricultura e pecuária como os sectores mais vulneráveis às mudanças climáticas. Praticamente toda a água consumida para beber ou irrigação é actualmente dessalinizada, que é um processo de consumo extremamente elevado de energia; as provisões de água subterrânea são cada vez mais escassas e contaminadas por água salgada, enquanto a precipitação e a humidade relativa do ar deverão diminuir. Assim, as mudanças climáticas afectarão a segurança alimentar, que, por sua vez, afectarão o desenvolvimento rural, sendo, portanto, susceptíveis de provocar a migração inter-ilhas, que mudará a pressão para as zonas peri-urbanas.

O Plano de Acção Nacional de Adaptação de Cabo Verde (NAPA, 2007) identifica três objectivos sectoriais prioritários visando reduzir a vulnerabilidade climática:

- Promover a gestão integrada dos recursos hídricos para garantir o abastecimento de água potável, sustentar a irrigação para produção de alimentos, e manter os ecossistemas para a utilização turística/industrial;
- Desenvolver a capacidade de adaptação de sistemas de produção agro-pastoril e florestal para melhorar a produção alimentar nacional; e
- Proteger e evitar a degradação de zonas costeiras das mudanças climáticas e do turismo.



As mudanças climáticas previstas terão um impacto significativo nos sistemas naturais e sociais de Cabo Verde, não menos dos quais será a disponibilidade de água e acesso às fontes de energia - duas componentes fundamentais para o desenvolvimento do arquipélago e para as perspectivas de redução da pobreza.

Impactes Climáticos Previstos

As projecções climáticas para Cabo Verde em geral apontam para um futuro mais quente e seco. Os modelos do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) prevêem um aumento nas temperaturas médias de até 2,5 °C para a região do Atlântico tropical oriental, e uma diminuição da humidade e precipitação de 5-10% por ano¹. Dependendo dos modelos e das fontes, prevê-se que o nível do aumento do mar chegue a entre 0,13 e 1,4 m até ao fim deste século.

Essas alterações macro-climáticas e do nível do mar estão previstas manifestar-se numa variedade de formas (ver quadro abaixo). Há previsões de que os seus impactes venham impedir o desenvolvimento de Cabo Verde, consequentemente provocando um desvio dos objectivos estratégicos do país, de evoluir no sentido da auto-suficiência em termos de alimentos e energia. Por outro lado, através de medidas adequadas de adaptação e estratégias resistentes às mudanças climáticas, esses impactes podem ser reduzidos e ganhas oportunidades. Cabo Verde tem uma abundância de recursos energéticos endógenos de fontes renováveis que podem ser aproveitadas para produzir energia e aquecimento de água para o serviço doméstico e industrial. As mudanças climáticas previstas terão um impacto significativo nos sistemas naturais e sociais de Cabo Verde, não menos dos quais será a disponibilidade de água e acesso às fontes de energia - duas componentes fundamentais para o desenvolvimento do arquipélago e para as perspectivas de redução da pobreza.

Exemplos dos Impactes das Mudanças Climáticas Previstos em Cabo Verde

| | |
|---|--|
| Turismo | Danos graduais devido à erosão costeira e subida do nível do mar, com danos a estradas, pontes, equipamentos e instalações causados por eventos naturais extremos; Aumento da necessidade em água e energia; Aumento dos custos de funcionamento associados ao consumo excessivo de água e de energia, por sua vez, reduz a competitividade estratégica. |
| Desenvolvimento rural e segurança alimentar | A agricultura de sequeira poderá se tornar cada vez mais incerta resultando numa produtividade ainda mais baixa; Solos empobrecidos causam redução de produtividade e aumento da erosão; Condições de subsistência cada vez mais difíceis podem levar à migração e abandono das comunidades rurais; Maior insegurança alimentar e dependência na importação de bens alimentícios. |
| Estabelecimentos urbanos, habitação e migração | Maiores riscos para a habitação dos mais desfavorecidos geograficamente localizada em zonas precárias; Riscos de erosão devido a eventos climáticos de alta intensidade ao longo das zonas costeiras ou possibilidade de deslizamento de terras; Aumento de ondas de calor e diminuição da disponibilidade de recursos hídricos; Incidência de novas pragas e doenças. |
| Transporte marítimo e portos | Aumento do nível das águas do mar; Aumento da intensidade de correntes e ondas; Aumento da frequência e intensidades de tempestades e chuvas torrenciais. |
| Transportes terrestres e serviços | Tempestades intensas e chuvas torrenciais frequentes criando inundações e movimentação de terras; Grande variabilidade do tempo pode causar pressão sobre a integridade do asfalto das estradas. |
| Sector da energia | Maior dependência energética aumenta os custos e diminui a competitividade; Risco estratégico: desvio do objectivo de auto-suficiência. |
| Gestão Integrada de recursos hídricos | Degradação da qualidade da água; Aumento da procura da energia dependente da água por parte de diferentes sectores; Redução da produtividade agrícola; Conflito entre os utilizadores sectoriais. |

¹ Essas projecções estão sujeitas a incertezas significativas, dado o tamanho e a localização do arquipélago, bem como as características específicas das correntes marítimas, que influenciam as condições climáticas locais.

Integração de Considerações sobre Mudanças Climáticas no Desenvolvimento

As mudanças climáticas oferecem uma oportunidade para "fazer o desenvolvimento de forma diferente". Não é possível continuar as actuais práticas de desenvolvimento sem levar em conta os riscos de mudanças climáticas e os ajustes necessários para reduzir seus impactes. Para o efeito, alterações significativas e sistemáticas são necessárias para promover estilos de vida e hábitos de consumo mais sustentáveis. Essas mudanças são as seguintes: 1) promoção de um modelo de desenvolvimento menos intensivo em carbono (**mitigação**) e 2) um modelo de desenvolvimento mais resistente, ligado à melhor capacidade de adaptação às mudanças climáticas e aproveitamento de eventuais oportunidades, o que implica uma relação mais harmoniosa entre as actividades humanas e a terra (**adaptação**).

Uma forma de enfrentar a adaptação é transversalizar, ou integrar considerações sobre as mudanças climáticas nos processos de planeamento e decisórios. Isso implica levar em consideração todos os riscos e oportunidades, ao mesmo tempo implementando medidas de adaptação que tenham uma visão de longo prazo de desenvolvimento. Esta integração das mudanças climáticas contribui para:

1. Uma diminuição da vulnerabilidade das pessoas aos impactes negativos das mudanças climáticas e da variabilidade climática;
2. Um aumento da resistência das comunidades e da tolerância às mudanças climáticas extremas;
3. Um aumento da capacidade de adaptação das comunidades e dos interesses nacionais face aos impactes das mudanças climáticas;
4. A evasão de processos decisórios que não sejam sustentáveis, no contexto das mudanças climáticas, e que acabarão por levar à mal-adaptação (processos e actividades que aumentam a vulnerabilidade a longo prazo); e
5. A redução de emissão de gases de efeito de estufa.

Experiência do Projecto de Integração das Mudanças Climáticas

O PNUD tornou as mudanças climáticas uma prioridade institucional a nível global. Com recursos do Governo espanhol, o PNUD está a implementar o projecto, **Integração dos Riscos e Oportunidade das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na programação nacional da ONU**, em cinco países (Colômbia, El Salvador, Malawi, Nicarágua e Cabo Verde).



O objective do Projecto é de desenvolver as capacidades das equipas nacionais das NU e dos decisores a nível do governo para integrar os riscos e oportunidades das mudanças climáticas na sua programação de políticas de desenvolvimento.

O Projecto de Integração das Mudanças Climáticas põe em prática um instrumento para realizar avaliações climáticas e integrar as mudanças climáticas nas actividades de desenvolvimento. As avaliações climáticas são usadas para determinar a natureza e a extensão do risco, através da análise de potenciais impactes causados por essas mudanças e da avaliação das condições de vulnerabilidade existentes (medidas em termos de sensibilidade, exposição e capacidade de adaptação).

Metodologia de Avaliação de Riscos

O PNUD elaborou uma metodologia para avaliar os riscos das mudanças climáticas e oportunidades, intitulada "Padrões de Qualidade para a Integração da Adaptação às Mudanças Climáticas na Programação de Desenvolvimento", na sequência de uma análise das que foram consideradas as melhores práticas no campo. A metodologia está a ser testada como parte do presente Projecto de Integração das Mudanças Climáticas, com a intenção de melhorá-la para uso futuro com base nas lições aprendidas.

As mudanças climáticas exigem uma nova forma de pensar o desenvolvimento. Devem ser feitas modificações significativas e sistemáticas em relação à forma como a população de Cabo Verde e os sectores económicos utilizam recursos como a energia e a água, e como produzem alimentos.

Os especialistas em mudanças climáticas utilizam esta metodologia para fazer a avaliação de planos e projectos de desenvolvimento quanto às implicações das mudanças climáticas em relação aos resultados ou produtos esperados. A metodologia é resumida em quatro padrões (ver caixa).

Os 4 'Padrões de Qualidade' são:

1. Identificação dos riscos de mudanças climáticas;
2. Identificação dos riscos de mal-adaptação;
3. Identificação das oportunidades de adaptação e sinergias nos processos de desenvolvimento;
4. Identificação e avaliação de potenciais medidas de adaptação, e propostas de alterações no planeamento.

O produto do exercício de análise é um documento que resume os riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas, que pode então ser utilizado para reformular ou adaptar a estratégia de avaliação do projecto e / ou política subjacente. O relatório de avaliação é então enviado aos decisores e especialistas das instituições envolvidas para que os mesmos possam ter em conta as sugestões durante a revisão do documento em si.

A metodologia do PNUD provou ser uma ferramenta útil para avaliações climáticas e, conseqüentemente, para a consideração dos impactos das mudanças climáticas, diminuindo, assim, a vulnerabilidade aos riscos, assim como identificando e aproveitando as possíveis oportunidades.

O Projecto em Cabo Verde

Cabo Verde implementou duas importantes actividades como parte do Projecto de Integração das Mudanças Climáticas.

Actividade 1, com quadros das Nações Unidas, teve lugar entre Julho e Outubro de 2008, e envolveu a análise de riscos climáticos da **Avaliação Comum do País** e o **One Program** do PNUD para Cabo Verde (2008-2010). Como resultado da análise, foram propostas sete medidas de adaptação de prioridades alta e cindo de prioridade média durante um seminário com representantes da Agência das Nações Unidas a 03 Outubro de 2008. O seminário foi também uma oportunidade para reforçar a capacidade dos funcionários dos escritórios da ONU no país para integrar as considerações sobre o risco de mudanças climáticas no próximo quadro de desenvolvimento de Cabo Verde. Esta actividade foi implementada com a ajuda de um perito internacional e de um consultor nacional.



A Actividade 2 envolveu actores nacionais, e foi implementada entre Abril e Julho de 2010. A ONU manteve contactos com representantes do governo para seleccionar o **Documento Estratégico sobre o Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) - II (2008)** como o documento nacional objecto do estudo. Dez dos sectores prioritários do DECRP-II foram analisados quanto à avaliação de riscos e oportunidades climáticas.



Como parte das avaliações climáticas, foi criado um perfil que inclui as principais projecções e vulnerabilidades climáticas com base em informações pré-existentes sobre Cabo Verde. Além disso, foram identificadas as instituições nacionais que se enquadram sob o chapéu das mudanças climáticas.

Uma missão de exploração teve lugar em Abril de 2010, onde o especialista internacional do Projecto reuniu-se com indivíduos de seis ministérios e outras instituições nacionais para apresentar o projecto e discutir as vulnerabilidades de Cabo Verde com relação às mudanças climáticas, bem como averiguar a relevância do DECRP-II. Muitos dos intervenientes comentaram que não existia um mecanismo em Cabo Verde através do qual as partes interessadas nacionais pudessem reunir-se e discutir questões relacionadas com mudanças climáticas, com a consequência de que o conhecimento era restrito sobre os esforços empreendidos a nível nacional.

Foi realizado um seminário nos dias 14-15 Junho de 2010, em que a equipa do projecto salientou a importância da integração das alterações climáticas nas actividades de desenvolvimento. 30 participantes estiveram presentes no seminário, representando ministérios, instituições nacionais, a Universidade de Cabo Verde, o sector privado, ONGs e outros doadores bilaterais e agências da ONU. Como parte do evento, as conclusões da avaliação dos riscos climáticos associados ao DECRP-II foram apresentadas e discutidas. Além disso, duas sessões plenárias focaram em melhorar a colaboração nacional quanto às mudanças climáticas: uma identificou os principais intervenientes e projectos envolvidos nas mudanças climáticas, enquanto o segundo sublinhou um conjunto de importantes recomendações para os decisores políticos.

Resultados da Avaliação de Riscos Climáticos em Cabo Verde

A avaliação de dois documentos-chave relevantes para o desenvolvimento de Cabo Verde forneceu reflexões importantes sobre potenciais riscos / processos de desadaptação que estão em curso. A avaliação de riscos climáticos do One Program das Nações Unidas e o DECRP-II também produziu sugestões de medidas de adaptação que poderão ser implementadas para gerir os riscos identificados e tornar as actividades relevantes mais resistentes às mudanças climáticas.



1) Avaliação Comum do País (Common Country Assessment) e One Programme das NU

O relatório de avaliação explora as potenciais implicações das mudanças climáticas para a ajuda ao desenvolvimento das Nações Unidas em Cabo Verde. No caso da Avaliação Comum do País, são identificadas os riscos das mudanças climáticas e as oportunidades para as principais áreas de desenvolvimento². Para o One Program das NU, os Sub-programas dos quatro Eixos Temáticos (ETs) foram avaliados³.

Como resultado dessas avaliações, sete medidas de adaptação de alta prioridade e cinco de média prioridade foram identificadas para a programação das NU.

Medidas de Alta Prioridade

- I. **Garantir que os quadros de regulação incluam medidas que previnam práticas de mal-adaptação** por entidades privadas e públicas – i.e. práticas que aumentam a exposição e a vulnerabilidade a perigos ligados ao clima (ET 1 & 2).
- II. **Garantir que as considerações sobre os riscos climáticos e opções de adaptação sejam totalmente integrados nas actividades de descentralização**, através de formações para o pessoal chave em cada instituição. Promover avaliações e medidas de adaptação participativas e a nível local (ET 1).
- III. **Identificar os elementos específicos dos planos no quadro desses Eixos Temáticos** que estejam expostos a riscos de mudanças climáticas (incluindo riscos de mal-adaptação) e identificar e implementar medidas que reduzem esses riscos. Alargar a avaliação a esquemas de micro-crédito (ET 2 & 3).
- IV. **Incluir questões sobre mudanças climáticas e adaptação nos currícula escolares**, ensino superior, e formação profissional, para sensibilizar sobre os riscos de mudanças climáticas e promover medidas de adaptação e boas práticas (ET 4).
- V. **Desenvolver capacidades através de formação do pessoal envolvido na gestão ambiental** em riscos de mudanças climáticas e medidas/metodologias de adaptação (ET 3).
- VI. **Avaliar actividades que visam o fornecimento de água limpa e saneamento adequado**, assim como melhoria da higiene para identificar potenciais impactes das mudanças climáticas. Identificar e implementar medidas de adaptação onde necessário (ET 4).
- VII. **Realizar avaliações da vulnerabilidade das mudanças climáticas em Cabo Verde** – identificar onde os impactes das mudanças climáticas são mais susceptíveis de (i) exacerbar a pobreza existente ou levar pessoas à pobreza, (ii) agravar ou causar a insegurança alimentar (identificação dos grupos de maior risco), (iii) aumentar os riscos para o bem-estar das crianças associados à insegurança alimentar, bem como saúde e saneamento precários - tudo de forma a (iv) identificar e implementar medidas para reduzir a vulnerabilidade (ET 1 & 4).

2) Análise do Documento Estratégico de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)-II

O Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) de Cabo Verde é a referência operacional fundamental para implementação da estratégia do governo para o desenvolvimento, e a base para o alinhamento dos programas indicativos de cooperação para o desenvolvimento com parceiros bi-laterais e multi-laterais. A mais recente edição de 2008 não integra os riscos de mudanças climáticas e as oportunidades de adaptação. No entanto, os líderes políticos e as autoridades nacionais demonstraram interesse e consciência da necessidade deste processo de avaliação de riscos climáticos, assim como sobre a necessidade de efectivamente integrar os riscos climáticos na elaboração do próximo DECRP. A análise climática concentrou-se em 10 subconjuntos dos "Pilares Estratégicos" subjacentes ao DECRP-II.

² As áreas de desenvolvimento da Avaliação Comum do País são: a) População e Desenvolvimento, b) Pobreza e Insegurança Alimentar, c) Emprego, d) Educação, e) Saúde, f) VIH / SIDA, g) Governança e h) Desenvolvimento Sustentável.

³ Os quatro ETs são: 1) Boa Governança, 2) Promoção de Crescimento e de Oportunidades Económicas, 3) Ambiente, Energia, Prevenção de Desastres, e Resposta, e 4) Capital humano e da Protecção Social.

Os 10 sectores do DECRP analisados quanto aos riscos climáticos e oportunidades:

- Sector Terciário (especialmente Turismo)
- Desenvolvimento Rural Integrado
- Desenvolvimento Regional e Integridade Territorial
- Requalificação Urbana e Habitação
- Migração
- Transporte Marítimo e Portos
- Transporte Terrestre e Serviços
- Sector energético
- Gestão Integradas dos Recursos Hídricos
- Segurança Alimentar

Em Risco

O exercício da análise identificou dois sectores particularmente sensíveis no DECRP-II: gestão da água e turismo. O sector do turismo é identificado como o principal motor do crescimento económico das ilhas e, portanto, muita ênfase é colocada sobre a necessidade de aumentar a percepção da competitividade internacional da indústria do turismo de Cabo Verde. No entanto, os custos de energia e água provavelmente aumentarão com mudanças climáticas. Além disso, uma vez que muitos equipamentos turísticos estão localizados ou projectados ao longo das zonas costeiras - as áreas mais propensas a riscos climáticos diversos - custos operacionais e de manutenção podem comprometer a competitividade do sector.

Adaptação

Há várias áreas do DECRP-II que oferecem um potencial de adaptação às mudanças climáticas. As prioridades estabelecidas no DECRP-II, tais como infra-estruturas ligadas ao turismo, requalificação urbana e habitação, e infra-estrutura de transporte marítimo e terrestre, criam oportunidades para tornar esses investimentos mais resistentes às mudanças climáticas, ou seja, mais capazes de absorver, acomodar e recuperar-se dos impactos das mudanças climáticas. Isto tem o potencial para reduzir as vulnerabilidades de longo prazo e custos. Sem fontes de energia fóssil, mas com uma abundância de sol e de recursos eólicos, Cabo Verde está bem posicionado para desenvolver a energia renovável para a sua auto-suficiência. A chave será implementar leis e incentivos para aumentar o uso eficiente da energia e da água.

Medidas de Adaptação

Implementação de um sistema integrado para a gestão da água, tanto para povoações como para agricultura, e prevenir perdas de água através da evaporação em reservatórios, redes de distribuição, e ineficiências na rega.

Aplicação de legislação relativa à eficiência energética e produção de energia renovável. Isto diminuirá a necessidade de produção de energia a partir de infra-estrutura nova e de grande porte, bem como a dependência de hidrocarbonetos importados. A redução dos custos operacionais dos serviços e da indústria através de medidas de eficiência energética aumentará a competitividade e para o sector doméstico, significa uma poupança no orçamento familiar.

A eficiência energética também pode ser melhorada através de instrumentos económicos. Incentivos fiscais e tarifas podem ser aplicados como formas de promover o uso de tecnologias de energia renovável nos sectores doméstico, da indústria ou de serviços. Por exemplo, subsídios para a produção de energia em micro escala, tarifas para encorajar a produção de energia renovável em maior escala para a rede, ou isenção de impostos na aquisição de painéis solares para produção de água quente. Alternativamente, o co-financiamento do mercado de carbono também pode ser envolvido para tornar os investimentos viáveis nesta área.

Promoção do uso eficiente dos recursos hídricos. Uma elevada percentagem da água utilizada em Cabo Verde é dessalinizada através de um processo de consumo intensivo de energia. Logo, a redução de utilização de água levará também a uma redução de consumo energético. A indústria do turismo em particular é um utilizador intensivo de água, especialmente para a higiene e para fins de manutenção da paisagem (e piscinas, onde a água salgada não é utilizada). Existem vários equipamentos muito simples e técnicas de baixo custo para reduzir o consumo de água. Estes podem ser promovidos através de incentivos, legislação ou dos requisitos para fins de licenciamento. A educação de crianças em idade escolar e do público em geral, a sensibilização das partes interessadas dos sectores económicos, bem como informações para os turistas de Cabo Verde sobre a necessidade e os benefícios das boas práticas de gestão da água – todos podem desempenhar um papel importante na consecução da sustentabilidade hídrica.

Mapeamento de perigos e zonas de risco em todo o arquipélago para suportar o planeamento urbano, territorial e de desenvolvimento económico adequado, incluindo de estradas e outras infra-estruturas pesadas. Deverá resultar em números mais reduzidos de acidentes e danos materiais, e numa degradação menos contundente do ecossistema ou da biodiversidade.

Recomendações do Seminário

O seminário de Junho de 2010 teve como participantes um grupo de peritos técnicos de Direcções-Gerais, de organizações sem fins lucrativos, de agências de cooperação bilateral e das Nações Unidas e de outros interesses públicos. Chegaram a acordo sobre um conjunto de quatro recomendações prioritárias que os decisores de Cabo Verde deverão ter em conta:

Introduzir um capítulo específico sobre as mudanças climáticas na próxima revisão do Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II);
Promover mudanças climáticas como tema prioritário para o Conselho Nacional do Ambiente;
Criar uma lista nacional com especialistas públicos nas diferentes áreas relacionadas com as mudanças climáticas e sua interacção com o desenvolvimento;
Criar uma comissão de mudanças climáticas composta por reconhecidos especialistas técnicos e científicos em áreas relevantes, que poderão ser consultados sobre as políticas e projectos de macro-escala.

Os participantes fizeram ainda as seguintes recomendações de ordem geral:

Realizar Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) a nível sectorial, para estrategicamente ligar o ambiente e o desenvolvimento;
Exigir Avaliações de Impacte Ambiental (AIE) para projectos que podem potencialmente ter um impacte significativo sobre o meio ambiente;
Sensibilizar a Plataforma Nacional da Agência da Protecção Civil sobre as questões de riscos climáticos, como base para a redução de riscos de desastre associados e suas respostas;
Desenvolver planos de conservação dos corais, baleias e pássaros, integrando devidamente, ao mesmo tempo, as mudanças climáticas;
Reforçar a mensagem aos decisores políticos e agências de execução de que planos e políticas são necessários, mas insuficientes por si só - devem ser decretados, inspeccionados, e sua execução garantida.



Além disso, os participantes identificaram os seguintes projectos, planos ou políticas claramente sensíveis às mudanças climáticas, pelo que cada um, portanto, requer uma análise específica de risco climático:

Plano de Desenvolvimento Turístico para as Ilhas da Boavista e Maio;
Plano Nacional de Investimento Agrícola;
Plano de Desenvolvimento da Agricultura;
Estratégia para o Turismo Sustentável e Conservação Marinha;
Projecto de Gestão Integrada da Zona Costeira;
Plano Nacional de Segurança Alimentar;
Programa Nacional de Combate à Pobreza Rural;
Planos Municipais;
Directiva Nacional de Ordenamento do Território;
Políticas e actividades promovidas pelos Ministérios da Infra-estrutura, Transporte e Saúde (particularmente em relação a programas para dengue e malária).

Actividades em Curso para a Integração as Mudanças Climáticas em Cabo Verde

As autoridades cabo-verdianas e as organizações nacionais estão cada vez mais conscientes da necessidade da integração das mudanças climáticas nos planos de desenvolvimento. Algumas instituições são, por estatuto, as principais organizações que actuam no domínio do ambiente e das mudanças climáticas, e estão, portanto, em condições de prestar assistência a outras instituições em termos de dados, análise e aconselhamento. Os esforços dignos de nota incluem a Direcção-Geral do Ambiente está a preparar o seu Relatório sobre o Estado do Meio Ambiente. A mesma produziu recentemente um relatório sobre as mudanças climáticas e sectores vulneráveis, e é responsável pelo NAPA.

Por sua conta o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) está a apoiar uma série de actividades relacionadas com o clima, como a segunda Comunicação Nacional ao Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, uma série de estudos sobre os impactes das mudanças climáticas na saúde e na agricultura, e, em colaboração com outras instituições, realizou simulações de cenários climáticos nacionais. O INMG está também activo na identificação de oportunidades e no reforço de capacidades para o engajamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.



O Projecto de Integração das Mudanças Climáticas sensibilizou as principais autoridades nacionais de Cabo Verde sobre a importância de avaliar avaliação e da integrar riscos climáticos e as oportunidades de adaptação, de modo a aumentar a resiliência dos esforços de desenvolvimento. No entanto, a formação, educação e sensibilização ainda precisam ser realizadas, não apenas pelos funcionários públicos, mas por toda a população em geral - para que Cabo Verde possa enfrentar os desafios das potenciais mudanças climáticas.

Referências

Ministério de Ambiente e Agricultura, 1999. Communication Nationale sur les Changements Climatiques.

Ministério de Ambiente e Agricultura, 2007. National Adaptation Programme of Action on Climate Change (NAPA).

Produtos Disponíveis do Projecto

1. Desdobrável do Projecto
2. Relatório de Avaliação do One program das NU
3. Relatório do Seminário com Quadros das NU (Outubro de 2008)
4. Relatório de Análise do PRSP
5. Materiais do Seminário (ordem do dia, apresentações e exercícios)
6. Relatório Final do Projecto (Junho de 2010)
7. Brochura do Projecto de Cabo Verde

*Os produtos estão disponíveis em: www.terrasystemics.com/CVclima/ e www.adaptationlearning.net.

Para mais informações

Marjolaine Côté, Especialista do Projecto, UNDP New York.

marjolaine.cote@undp.org

Antonio Querido, Ph.D. Chefe da Unidade do Ambiente, Energia e Prevenção de Desastres Naturais, Cabo Verde.

antonio.querido@cv.jo.un.org

Projecto do UNDP: Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas.

Para mais informações sobre outros países envolvidos no projecto, visite:

www.undp.org/climatechange/integrating_cc_risks.shtml.